



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

CURSO: Direito	PROFESSOR(A): Mse. Melissa Gusmão Ramos
Tópicos Especiais em Direitos Humanos: Direito Internacional dos Refugiados: aspectos jurídicos, filosóficos e políticos do direito ao refúgio. Código: 1501249	
CARGA HORÁRIA: 60 hs/aula	EMAIL: melissagusmao@hotmail.com

PLANO DE ENSINO
TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITOS HUMANOS

DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS : aspectos jurídicos, filosóficos e políticos do direito ao refúgio.

1. EMENTA

Aprofundamento monográfico de um tema específico relativo aos Direitos Humanos.

1.1 Detalhamento do tema

Migrantes, deslocados e refugiados. Mobilidade, cidadania e nacionalismo na sociedade internacional. Instrumentos de proteção internacional ao refúgio. Asilo e refúgio. Princípios da dignidade humana, tolerância e solidariedade. Condições Econômicas, Sociais e políticas dos Refugiados. Pedido de Refúgio, concessão e status. Assistência Social aos refugiados.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

A disciplina tem como objetivo permitir aos alunos a compreensão e o aprofundamento de um tema específico relativo aos direitos humanos, neste caso, em específico, dos aspectos jurídicos que formam o sistema internacional de proteção dos refugiados, proporcionando uma compreensão crítico-reflexiva dos fenômenos jurídicos, sociais e políticos que se ligam à eficácia e à aplicação destes direitos.

2.2. ESPECÍFICOS

- 1.1 Apreender a importância e o papel do Direito Internacional dos Refugiados no cenário atual de globalização e intensificação das relações privadas e públicas na sociedade internacional.
- 1.2 Propiciar uma visão ampla dos principais temas relacionados ao Direito Internacional

dos Refugiados;

- 1.3 Situar o problema tratado, de acordo com a literatura e a jurisprudência mais recentes, desenvolvendo um raciocínio crítico em torno das principais questões que envolvem o tema, a fim de responder às questões práticas de situações de conflito que envolvam o direito ao refúgio.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	CARGA HORARIA
Conceito de Refúgio. Sociogênese do status de refugiado. O Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo de 1967. A Declaração de Cartagena e o Plano de México. Migração e deslocamento no contexto econômico e político do século XXI.	15 h
Soberania, Estado e sociedade: as mudanças no poder político das sociedades contemporâneas. Cidadania no século XXI. Nacionalismo e as sociedades atuais.	15 h
Dignidade humana, tolerância e solidariedade. Instrumentos de proteção internacional ao refúgio: Convenção da ONU relativa ao Estatuto dos Refugiados Asilo e refúgio. Legislação do Asilo.	10 h
Condições Econômicas, Sociais e políticas dos Refugiados Pedido de Refúgio, concessão e status: aspectos gerais e solicitação de pedido de refúgio no Brasil. Assistência Social aos refugiados.	10 h
Oficinas: pesquisa, orientação e redação de um artigo final na temática do Curso.	10 h
4. METODOLOGIA	

As técnicas didáticas utilizadas buscam consolidar teoria e prática reflexiva, estimulando a análise crítica comparada das normas e situações que envolvam o refúgio à luz do Direito Internacional. No decorrer das aulas será dada ênfase à abordagem interdisciplinar, tendo em vista a conexão do tema com outras ciências, notadamente a sociologia, a antropologia, a ciência política e a filosofia.

- Aulas interativas com conteúdo multimídia diversos.
- Análise e discussão em sala de aula virtual de casos práticos e temas essenciais à compreensão do estudo.
- Exemplificação com base no direito comparado e na jurisprudência nacional e internacional.

4.1 RECURSOS UTILIZADOS

- Uso de recursos multimídias diversos (chats, fóruns, filmes etc)
- Montagem da sala de aula com o software Exe-learning no Moodle.

5. EXIGÊNCIAS PRÉVIAS DE CONHECIMENTOS E HABILIDADES

5.1 CONHECIMENTOS

Noções comuns do fenômeno jurídico – Conhecimento da linguagem e técnica jurídicas – Conhecimentos em informática básica

5.2 HABILIDADES

Capacidade de abstração e raciocínio lógico – Capacidade de questionamento e senso crítico - Capacidade de comunicação interpessoal, verbal e escrita – Curiosidade científica e apreço pela leitura – Postura crítica ponderada e auto-disciplina

6. AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e findará mediante realização de um artigo final dentro da temática a ser trabalhada. A realização do artigo final será precedida de pormenorizados esclarecimentos quanto à **finalidade** do artigo e aos **critérios** utilizados para a avaliação. Outras orientações serão realizadas através da criação de um fórum de orientação ou através de comunicação digital.

6.1 RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS E ESTUDOS DE CASO

Consistirá em questões práticas discursivas, que exigirão a solução fundamentada de casos concretos e/ou análise e comentário de decisões judiciais. Poderá ser demandada a elaboração de parecer jurídico.

6.2 CRITÉRIOS UTILIZADOS NAS AVALIAÇÕES

Participação nos Fóruns e atividades, coerência e clareza nos argumentos,; correto uso da gramática; coerência e encadeamento lógico do raciocínio; pertinência e relevância da abordagem.

6.3 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Através do relatório de acesso ao Moodle e da participação nas atividades interativas propostas.

CALENDARIO DE AVALIAÇÕES

Avaliação	Nota	Data
Artigo Final (Peso 2)	0-10	30 de junho de 2021
Avaliação contínua (Peso 1)	0-10	05 de março a 30 de junho de 2021

7. BIBLIOGRAFIA

ACNUR. A Situação dos Refugiados no Mundo. 50 Anos de Ação Humanitária. Alameda, Portugal. 2000.

ACNUR. CENTRO DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. Lei 9474/97 e Coletânea de Instrumentos de Proteção Internacional dos Refugiados. Brasília: 2004.

ACNUR/CONARE. O Reconhecimento dos Refugiados pelo Brasil. Decisões comentadas do CONARE. Brasília: 2007.

ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado. BRASÍLIA: 2007.

Agier M., Madeira A.-V. (dir.), Définir les réfugiés, Paris, Puf, « La vie des idées », 2017.

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. Conflitos Armados, Refugiados e Direito Internacional Humanitário. In Dallari, Pedro Bohomoletz de Abreu (Coord). Relações Internacionais. Múltiplas Dimensões. São Paulo: Aduaneiras. 2004.

ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2006.

BALERA, WAGNER-COORDENAÇÃO: Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos - Editora Conceito – 2ª Edição. BARBOSA, Luciano Pestana e HORA, José Roberto Sagrado da, A Polícia Federal e a Proteção Internacional dos Refugiados. Brasília 2006. Belorgey J.-M., Le Droit d'asile, Paris, LGDJ, « Systèmes », 2016 (2e éd.).

CANÇADO, Antônio Augusto Trindade (Ed.) (1996): A Incorporação das Normas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes

CARLIER J.-L, Droit d'asile et des réfugiés. De la protection aux droits, Carlier J.-Y., Qu'est-ce qu'un réfugié ?, Bruxelles, Bruylant, 1998.

ACADÉMIE DE DROIT INTERNATIONALE DE LA HAYE, Recueil des cours t. 332 (2007), Leyde, Boston, Martinus Nijhoff Publishers, 2008.

CREPEAU F., Droit d'asile. De l'hospitalité aux contrôles migratoires, Bruxelles, Bruylant, 1995.

Denis-Linton M., Le Droit d'asile, Paris, Dalloz, 2017.

GUERRA, Sidney – Direitos Humanos – Curso Elementar Editora - Saraiva – Edição: 2013 Hathaway J.C., The Rights of Refugee under International Law, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

LEÃO, Renato Zerbini. Memória Anotada, Comentada e Jurisprudencial do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE – Brasília:2007.

WIHTOL DE WENDEN C., La Question migratoire au xxie siècle. Migrants, réfugiés et relations internationales, Paris, Presses de Sciences Po, 2013 (2e éd.).

PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos – 6ª Edição – Editora Saraiva.

RAMOS, André de Carvalho et AL. (Coord) 60 Anos de ACNUR. Perspectivas de Futuro. REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Direitos Humanos no Brasil 2011. São Paulo 2012.

ROLAND, Novert. Nos Confins do Direito. São Paulo: Martins Fontes.2003.